



Oivaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

A marmita está de volta

Já não é só a ameaça de uma guerra nuclear, todos os dias fomentada pelo carnificina de Moscovo, é que voltamos mesmo aos tempos da 1ª Guerra Mundial.

Parece ter sido daí que surgiu o termo da tão famosa 'marmita', mas os brasileiros vão mais longe e dizem que 'marmite', no século 16, significava hipócrita: alguém que esconde as suas intenções, da mesma maneira que a panela esconde o seu conteúdo.

A verdade é que nos dias de hoje já não há nada a esconder e o que está bem à vista de todos - mas mais sentida no bolso - é a crise económica e social que se alastra todos os dias.

Já não é só a inflação e o consequente aumento do custo de vida, é tudo o que isto acarreta em termos psicológicos para tantas famílias. É por isso que se fala, cada vez mais, de saúde mental e do combate às toxicodependências, porque está tudo ligado à enorme condição frágil da sociedade.

Andamos nestes últimos anos a fabricar pobres e alguns aproveitaram-se disso como se tratasse de um negócio.

Há por aí muita gente engravatada, em instituições de solidariedade social, que nunca sentiu na pele o que é comer de 'marmita', muito menos percebem patavina de pobreza e discrição social.

Voltemos então à 'marmita'.

Já não são apenas os adultos que a levam para o trabalho, quem entrar numa escola à hora do almoço ou visitar à mesma hora o espaço de refeições do Parque Atlântico vai ver carradas de jovens a tirar a 'marmita' das mochilas.

O fenómeno não é açoriano, pois acaba de sair o 3º Grande Inquérito Nacional de Sustentabilidade e um dos resultados é surpreendente: 40,7% dos portugueses passou a utilizar a 'marmita' para levar "excedentes de refeições para o trabalho".

Para quem luta contra o desperdício até é uma boa notícia, o pro-

blema é que, com toda a certeza, o "excedente de refeições" estará associado à escassez e aproveitamento, quando também é sabido que 32,1% dos portugueses comem menos carne e a percentagem de quem cultiva uma horta voltou a aumentar (22%).

Os políticos não falam disto e se calhar nem vêem, atarefados que andam nos seus confortáveis gabinetes a ler papéis e produzindo discursos que não colam com a realidade.

A grande Lídia Jorge, a propósito do seu novo livro "Misericórdia", dizia com tamanha lucidez que as classes com mais poder deviam ter mais generosidade. E acrescentava: **"Claro que isto não se faz por geração espontânea, mas com medidas que criem meios próprios de distribuição da riqueza, tendo em conta, sobretudo, os mais desfavorecidos. Mas há outra coisa, que é a linguagem. No momento em que as pessoas estão a sofrer muito, é errado ter-se um discurso triunfalista dos números! Não vale a pena apresentar números e quando saímos à rua percebemos que há um contraste entre o discurso político e a vida das pessoas"**.

Todos os dias assistimos à divulgação de números contraditórios, cada um a tentar adaptá-los aos seus triunfalismos políticos, como se a população comesse números.

A pobreza mede-se de outra forma, com mais sentimento e menos com a frieza de números.

Numa região que já tinha um quarto da população em estado de pobreza e com a maior taxa de desigualdade na distribuição de rendimentos, a situação vai piorar com a subida vertiginosa das prestações da casa e o aumento imparável dos bens alimentares.

Já não é só dormir mal e com pesadelos.

É o medo de, qualquer dia, abrir a 'marmita'... e não ter nada lá dentro!

Governo dos Açores concorda adiar taxa turística para 2025

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, disse concordar com o adiamento, para 2025, da entrada em vigor do diploma que cria a taxa turística na Região, prevista para Janeiro.

"Em 2025 seria sempre melhor!", admitiu a governante, ouvida na Comissão de Economia do Parlamento açoriano, a propósito de duas iniciativas legislativas que pretende adiar ou revogar a entrada em vigor de uma taxa turística regional, a aplicar aos turistas que visitem o arquipélago, no valor de um euro por dormida, a partir de 1 de Janeiro de 2023.

Berta Cabral lembrou que a Assembleia Legislativa dos Açores "é soberana" sobre esta matéria e garantiu que o Executivo regional, liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro, "irá cumprir integralmente" aquilo que for decidido pelo órgão máximo da autonomia regional, embora discorde da taxa turística.

"Eu continuo a questionar a utilidade de uma taxa turística nos Açores", insistiu a titular da pasta do Turismo.

Berta Cabral considera que a Região "está a dar um sinal contrário" aos visitantes que chegam ao arquipélago, quando o turismo "tem ainda de crescer de forma consolidada", atendendo à conjuntura difícil, decorrente de uma pandemia, de um conflito armado na Ucrânia e de uma crise inflacionista.

José Pacheco, deputado do Chega, apresentou uma proposta para "revogar" a taxa turística nos Açores por entender que a sua aprovação "foi um erro" que é necessário agora corrigir.

Carlos Furtado, deputado independente, propõe o adiamento da entrada em vigor da taxa turística, por considerar que a Região não está ainda em condições para cobrar este imposto.

Carlos Silva, deputado da bancada do PS, quis saber por que razão o Governo de coligação (PSD, CDS-PP e PPM) ainda não criou a plataforma electrónica prevista no diploma, onde os operadores turísticos devem registar-se para poderem cobrar a taxa



turística.

Berta Cabral disse que a plataforma estará pronta quando a taxa começar a ser cobrada.

A criação de uma taxa turística nos Açores foi aprovada em Abril no Parlamento regional com 28 votos a favor, do deputado do PAN, autor da versão inicial do documento, do PS, BE e do

deputado independente, que entretanto apresentou uma proposta para adiar a entrada em vigor da medida.

O deputado da Iniciativa Liberal (IL), o deputado do Chega e as bancadas dos partidos do Governo (PSD/CDS-PP/PPM), que somam 27 parlamentares, votaram contra.